

DESAFIOS DA SAÚDE PÚBLICA NA PROMOÇÃO E PREVENÇÃO DO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO DIANTE DOS PROGRAMAS PARA O IDOSO

Ricardo Damião dos santos¹
José Roberto Faustino de Couto²
Maynara Barbosa silva³
Thainá Eminin da Silva Brito⁴
Hellen Jacyara Mota Vidal Duarte⁵

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é uma característica fisiológica que ocorre na vida do ser humano. Esse processo inclui alterações funcionais, fazendo com que haja diminuição na realização de atividades físicas e motoras, sugerindo deste modo, que o processo de envelhecimento é pessoal e diferenciado. Nessa compreensão, o envelhecimento humano constitui um padrão de modificações na qualidade de vida com o qual há envolvimento do aspecto de flexibilidade (MESQUITA; CAVALCANTE; SIQUEIRA, 2016).

Desse modo, na velhice como em qualquer outra idade, existem indivíduos saudáveis e enfermos. Entretanto, muitas das patologias são características do processo de envelhecimento, já algumas têm sua instalação antes da chegada desse período de vida, porém se manifestam com menor intensidade (BRITO, 2013).

Observa-se a ocorrência significativa do envelhecimento populacional brasileiro, proporcionado pela melhoria gradual dos fatores epidemiológicos, demográficos e aumento da longevidade, o que carrega maior uso dos serviços de saúde, ocasionando aumento na utilização dos sistemas de saúde pública e previdência, gerando mais custos e ameaçando a sustentabilidade do sistema. Dessa forma, a alternativa adotada por tal sistema é investir em políticas de prevenção de doenças, estabilização das enfermidades crônicas e manutenção da capacidade funcional (VERAS, 2012).

Nesse sentido, a recuperação das condições de saúde foi proporcionada não apenas pelo aumento da renda dessa população, mas também pela prestação de ações de assistência

¹ Graduando do Curso de Enfermagem da UNINASSAU - CG, ricardodamiao256@gmail.com;

² Graduando do Curso de Enfermagem da UNINASSAU - CG, jfaustinodecouth@gmail.com;

³ Graduando do Curso de Enfermagem da UNINASSAU - CG, maynarasilva200@hotmail.com;

⁴ Graduando do Curso de Enfermagem da UNINASSAU - CG, thainaeminin1@gmail.com;

⁵ Professor orientador: Mestranda, da UNINASSAU - CG, hellenagra@gmail.com;

de promoção e prevenção, preconizadas na Política Nacional de Saúde do Idoso. Dentre estas ações pode-se mencionar as campanhas de vacinação contra as doenças imunopreveníveis mais frequentes nessa população, criação do programa Farmácia do Idoso, com dispensação de medicamentos específicos de uso periódico para atendimento exclusivo de pessoas idosas, o que proporcionou possibilidades efetivas para o desenvolvimento de políticas públicas para uma boa qualidade prestada ao idoso (VERAS, 2007).

Constata-se que a maior procura dos idosos por serviços de saúde pública é relativa às internações hospitalares, sendo frequentes essas internações, com tempo maior de ocupação de leitos se comparado a outra faixa etária. Dessa forma, o envelhecimento populacional representa sobrecarga de doenças com conseqüente aumento da utilização dos serviços de saúde (ARAÚJO, 2011).

É notório que as limitações no sistema de saúde pública no Brasil e o envelhecimento ativo tem-se necessidades de estabelecer limites nas políticas destes setores, pondo em vista à necessidade de gerar recursos e de construção na infraestrutura que permitam um o processo de envelhecimento ativo (CHAGAS, 2012). Assim, diante dessa temática questiona-se como são regidos os programas que atende ao idoso diante dos desafios da saúde pública?

O objetivo dessa pesquisa foi reconhecer mediante a literatura como se dá o processo de promoção e prevenção da saúde através dos programas que asseguram a pessoa idosa e seus direitos.

METODOLOGIA

Trata-se de estudo de revisão Integrativa, desenvolvido para identificar os desafios que são pertinentes dos programas de Saúde do Idoso na atualidade. Assim, no decorrer da pesquisa, utilizaram-se artigos através das bases de dados eletrônicas da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scientific Electronic Librar Online (SciELO). Foram utilizados os seguintes Descritores em Ciência da Saúde (DECS): “saúde pública”, “envelhecimento”, “saúde do idoso”.

Após a identificação, utilizou-se os seguintes critérios de inclusão: Artigos avaliados por meio do título e resumos, que estavam disponíveis na íntegra e publicados na língua

portuguesa, entre os anos de 2016 a 2018. Foram excluídos todos os artigos que não eram pertinentes ao tema os que estavam duplicados e não atingiam o objetivo proposto.

Assim, foi utilizado como instrumento de pesquisa os cruzamentos dos descritores realizados através das seguintes etapas: Primeiro a busca se deu por meio dos descritores Saúde Pública “and” Envelhecimento, sendo adotados os filtros disponíveis, nacionais e em português ,encontrando-se 339 artigos, sendo 193 na base de dados SciELO e 146 na BVS. Logo após foram utilizados os descritores Saúde do Idoso “and” Saúde Pública, sendo adotados os filtros disponíveis, nacionais e em português encontrando-se 1.326, sendo 905 na base de dados da SciELO e 421 na BVS, Totalizando-se 1.665

Foi realizada como estratégia para seleção, a leitura do título e resumo. Quando a leitura do título e resumo não era suficiente, procedeu-se a leitura na íntegra da publicação. Foram totalizados 1.655 artigos, sendo excluídos 1.662 artigos que não respondiam ao objetivo do estudo. Deste modo a amostra foi composta por 3 artigos.

DESENVOLVIMENTO

A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) foi regularizada em 2006, com o objetivo de assegurar os direitos da população idosa em nosso país. Com o foco em um dos principais problemas que acometem os idosos a perda da capacidade física e mental na realização de atividades rotineiras e básicas para a vida diária, essa política visa ao idoso à promoção da autonomia e participação efetiva na sociedade (SANTOS, 2018).

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), publicada no Brasil em 2006 e ampliada em 2018, contempla diretrizes específicas para sistemas médicos complexos e recursos terapêuticos, no campo da prevenção das patologias, bem como na promoção, manutenção e recuperação da saúde e partindo para uma atenção humanizada. Dessa forma, as medidas adequadas de promoção e prevenção de doenças, em específico para a população idosa, são de importância para a constituição de um envelhecer saudável, bem como para a diminuição expressiva dos gastos com internações e com o uso excessivo de medicações (SANTOS, 2018).

De acordo com Manna et al (2018) procriação da Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (RPDI) se evidenciam pelo direito dos idosos, por meio de reuniões sistemáticas destes com profissionais de diferentes instituições e pela harmonização para a implantação de políticas públicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos selecionados foram classificados quanto à sua categoria de publicação e metodologia, sendo assim especificados: 3 artigos de revisão de literatura, com metodologia do tipo qualitativa. Quanto as revistas 2 artigos foram publicados na Revista Kairós: Gerontologia e um na Revista Núcleo de Estudo Interdisciplinares sobre o Envelhecimento.

Segundo Brito (2013), envelhecer é um processo vital que ocorre em todos os seres vivos, porém esse processo tem que ser desencadeado com autonomia e independência social, através de uma boa saúde física, boa saúde mental e um bom relacionamento do convívio social, para assim promover estabilidade de vida. Assim, uma vez que é através desses meios que se denotam as políticas públicas para fazer participação na vida cotidiana da pessoa idosa.

A idade limítrofe para a qual se considera idoso se iguala há 65 anos em países desenvolvidos e cai para 60 anos em países que estão em processo de desenvolvimento. Assim, a partir dessa idade cronológica os idosos têm seus direitos assegurados perante as leis que estão em vigor (TELLES; et al, 2015).

Para garantir os direitos da pessoa idosa, no dia 1 de outubro de 2003 ocorreu a criação da lei do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), que tem como característica a importância da garantia dos direitos dos idosos. O Estatuto visa estabelecer os direitos da pessoa de terceira idade, através de medidas de prevenção, promoção e do atendimento no serviço de saúde, assim adotando condutas que são que lhes concederam proteção de crimes como negligência, discriminação, violência, dentre outros (SOUZA, 2015).

Para Mesquita, Cavalcante e Siqueira (2016), é necessário que ocorram remodelações nos serviços de saúde prestados ao Idoso, para que seja possível atender ao mesmo de forma integral, inclusive garantir a promoção e atenção da sua saúde de forma eficaz. Diante disso, para efetivar esse processo a linha de reorganização deve se pautar nas políticas que dão garantia para um melhor processo do envelhecimento.

De acordo com Souza (2015), cabe ao sistema de poder público assegurar aos idosos seus medicamentos ou outros insumos para a saúde, bem como manter sua participação em atividades sociais, ou que garantam a participação nos projetos de educação em saúde,

garantir que ele goze de todos os seus direitos perante as leis vigentes sem que ocorra discriminação para o mesmo, havendo punição para quem há cometer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo buscou-se proporcionar uma assimilação apresentado na temática os desafios da saúde pública na promoção e prevenção dos programas vigentes para o idoso, tendo em vista que os atuais programas para o idoso apresentam dificuldades para o desenvolvimento de uma boa qualidade.

Desse modo, apesar de cogitar-se com muita frequência os desafios da saúde pública nos programas vigentes, podemos avaliar os acontecimentos relacionados aos programas de saúde do idoso, com essa relação é necessário proporcionar ou desencadear novas idéias de planejamento de acordo com a política pública de saúde.

É fundamental aprimorar os conhecimentos voltados para novas práticas em ocupação relacionada ao idoso, ampliando o seu convívio em meio à sociedade, bem como a promoção das práticas de atividades físicas, a inclusão do idoso na participação do processo de educação e lazer, além de ampliar a visão da sociedade para que o mesmo seja visto como ser que contribui para a sociedade. Com essas mudanças ou ampliação haverá meios para proporcionar a melhoria de uma boa qualidade de vida para a pessoa idosa, resultando em um envelhecimento saudável.

Palavras-chave: Saúde de Pública; Envelhecimento; Saúde do Idoso.

REFERÊNCIAS

VERAS, R. P. **Prevenção de doenças em idosos: os equívocos dos atuais modelos.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 28(10):1834-1840, out, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csp/v28n10/03.pdf> >. Acesso em: 28 de abril de 2019.

VERAS, R. **Fórum. Envelhecimento populacional e as informações de saúde do PNAD: demandas e desafios contemporâneos.** Introdução. Cadernos de Saúde Pública, v. 23, p. 2463-2466, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n10/20.pdf>>. Acesso em: 28 de abril de 2019.

ARAÚJO, L. F; et al. **Evidências da contribuição dos programas de assistência ao idoso na promoção do envelhecimento saudável no Brasil.** Revista Panamericana de Salud Pública, v. 30, p. 80-86, 2011. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/rpsp/2011.v30n1/80-86/>>. Acesso em: 28 de abril de 2019.

BRITO, M. C. C; et al. **Envelhecimento populacional e os desafios para a saúde pública: análise.** Revista Kairós Gerontologia, 16(3), pp.161-178. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/kairós/article/view/18552/13738> >. Acesso em: 28 de abril de 2019.

CHAGAS, Adriana Moura; ROCHA, Eliana Dantas. **Aspectos fisiológicos do envelhecimento e contribuição da Odontologia na saúde do idoso.** *Revista Brasileira de Odontologia*. V. 69, n. 1, p. 94-96, 2012. Disponível em: <http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-72722012000100021&lng=es&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 28 de abril de 2019.

SANTOS, M. S; et al. **Práticas integrativas e complementares: avanços e desafios para a promoção da saúde de idosos.** *REME rev. min. enferm*, v. 22, p. e-e, 2018. Disponível em:<<http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/1256>>. Acesso em: 03 de maio de 2019.

MANNA, R. E; LEITE; J. C. A; AIELLO-VAISBERG, T. M. J. **Imaginário coletivo de idosos participantes da Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa.** *Saúde e Sociedade*, v. 27, p. 987-996, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v27n4/1984-0470-sausoc-27-04-987.pdf>>. Acesso em: Acesso em: 02 de maio de 2019.

SOUZA, M. S. **Desafios do Envelhecimento Populacional: Como as legislações destinadas aos idosos têm lidado com essa nova demanda?.** *Estud. interdiscipl. envelhec.*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 159-175, 2015. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/46425>>. Acesso em: 04 de maio de 2019

TELLES, S; et al. **Saúde, economia e qualidade de vida do idoso na sociedade contemporânea: do reconhecimento à legitimação de um problema social.** *Revista Kairós Gerontologia*, 18(2), pp. 351-374. ISSN 2176-901X. São Paulo (SP). Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/27650/19498>>. Acesso em: 04 de maio de 2019.

MESQUITA, J. S; CAVALCANTE, M. L. R; SIQUEIRA, C. A. **Promoção da saúde e integralidade na atenção ao idoso: uma realidade brasileira?.** *Revista Kairós Gerontologia*, 19(1), pp. 227-238. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/30357/20993>>. Acesso em: 04 de maio de 2019.